

# AS TRANSFORMAÇÕES NOS CONCEITOS DE LITERATURA E HISTÓRIA NO BRASIL: RUPTURAS E DESCONTINUIDADES (1830-1840)

Valdei Lopes de Araujo<sup>1</sup>

Este artigo estuda as mutações no conceito de literatura e na concepção de uma história literária como sintoma de transformações discursivas mais amplas centradas em deslocamento da experiência do tempo. Procura-se caracterizar estes deslocamentos como um processo geral de historicização da realidade. Paralelamente, busca-se entender como essas reflexões estético-literárias pressupunham e colaboravam para a emergência de um novo campo de experiência, que seria depois resumido em um novo conceito de história.

O texto foi dividido em duas seções principais, pressupondo haver uma significativa descontinuidade entre os dois períodos analisados em cada seção. Na primeira parte são analisadas duas interpretações sobre a história literária luso-brasileira representados pelos textos “Parnaso Brasileiro” do Cônego Januário da Cunha Barbosa e “Parnaso Lusitano” de Almeida Garrett. A segunda parte do artigo está concentrada no exame do programa de uma História da Literatura Brasileira proposta nas páginas da Revista Niteroy, em especial as concepções de Gonçalves de Magalhães. Embora a distância temporal entre o “Parnaso” de Januário e os escritos de 1836 de Magalhães seja de alguns poucos anos, procura-se demonstrar que a concepção de literatura, história e a experiência do tempo são profundamente distintas.

A análise que segue procura demonstrar que embora possam ser traçadas linhas de continuidade entre o projeto de Januário e o do romantismo posterior, é também possível e desejável revelar as descontinuidades entre os dois momentos/projetos literário-historiográficos. Certamente o próprio Cônego perceberia mais tarde as novas direções que a concepção culturalista de nação imporia a projetos dessa natureza, mas em 1829, ao iniciar a composição de seu Parnaso, esses instrumentos conceituais não estavam disponíveis, daí a importância de analisá-lo no contexto da geração da Independência, ainda profundamente imbuída dos ideais neoclássicos. Nesse artigo, procuramos apontar justamente para aquilo que, estando em Januário, não poderá mais ser identificado no modelo hegemônico de história literária que encontrou sua primeira síntese no texto fundador escrito por Gonçalves de Magalhães em 1836.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade – NEHM. Pesquisador do Projeto Temático Formação do Estado e da Nação, coordenado pelo Prof. István Jancsó – USP. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro, da Fapemig. Este trabalho contou com o apoio do CNPq, através de financiamento pelo edital de Ciências Humanas nº 502006.

## Os “PARNASOS” DO CÔNEGO JANUÁRIO E DE ALMEIDA GARRETT

Em 1829, no breve texto de apresentação ao que seria o primeiro esforço brasileiro para reunir uma antologia de poetas nativos, Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) respondia à questão de uma literatura nacional ainda nos termos colocados por José Bonifácio, ou seja, como um problema de levantamento material das obras.<sup>2</sup> A literatura brasileira é aquela produzida por brasileiros de nascimento. Em nenhum momento é antecipada a discussão em torno da necessidade ou existência de uma literatura nacional diferente da literatura portuguesa.

A um conceito político-objetivo de nação correspondia uma concepção de literatura como soma de sua expressão escrita, *i.e.*, da escritura produzida pelo conjunto de homens nascidos no Brasil. A tarefa de uma antologia “nacional” apresentava-se como a coleção dos melhores espécimes de cada gênero poético-retórico. Os critérios disponíveis para avaliar a qualidade de uma literatura estavam assentados na presença ou ausência dos diversos gêneros retóricos definidos na Antiguidade e da perfeição dos modelos. As “letras” eram um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político.

Os objetivos do “Parnaso” eram definidos com a máxima clareza já no curto texto de apresentação:

*Empreendi esta coleção das melhores poesias dos nossos poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido no mundo literário o gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosidade, que já começa a trilhar a estrada das belas-letas, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos políticos.*<sup>3</sup>

Nada mais distante do clamor pela originalidade e pelo caminho novo do que esse projeto de reunir poesias modelares, a serem imitadas pela nova geração. A análise da produção poética reunida nos volumes mostra a ausência de qualquer critério substantivo para a reunião daqueles poemas, excetuando-se o fato de terem sido produzidos por brasileiros. Januário dispensava qualquer tipo de organização cronológica dos autores, nem em cada caderno, nem no conjunto da obra. As peças eram reunidas e publicadas à medida que chegavam ao conhecimento do organizador. O uso do termo “coleção” na definição do “Parnaso” é central para o entendimento de sua natureza. O termo aparece não apenas neste parágrafo inicial, mas também no subtítulo da obra: “Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil”.

A forma e os procedimentos utilizados deixam pouco a dever às coleções de

---

<sup>2</sup> Cf. ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008, pp. 77 ss.

<sup>3</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. “Parnaso Brasileiro, ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, quanto já impressas”. In José Américo Miranda (Org.). *Parnaso brasileiro de Januário da Cunha Barbosa*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1999, p. 33. Essa edição trás apenas o material introdutório retirado da primeira edição: BARBOSA, Januário da Cunha. *Parnaso Brasileiro, ou, coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829-32.

História Natural empreendidas pelos naturalistas, nas quais os espécimes eram arrumados em grades taxonômicas. A aparente desordem com que os poemas estão reunidos no Parnaso e publicados escondia a certeza de estarem já classificados enquanto pertencentes à literatura nacional do Brasil e, em outro nível, avaliados e identificados pelo critério universal do gosto e pelos tipos da arte retórica. A existência de uma literatura nacional é tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe dão forma. É preciso estar atento para a dimensão material desse conceito de literatura enquanto conjunto de obras para entender o significado do “Parnaso Brasileiro”.

A modalidade de operação histórica que Januário movimenta na recuperação desses poemas está orientada pela idéia de *restauração*. Tratava-se de reunir, em um só lugar, “[...] poesias estimáveis, que o tempo vai já consumindo, com prejuízo da nossa glória literária”.<sup>4</sup> Certamente essa sensação de estar restaurando uma parte do passado era reforçada pela própria atividade de copiar os originais. No pequeno texto endereçado ao público, que abre o primeiro caderno, o autor pede a todos aqueles que possuísem originais de autores nascidos no Brasil que lhes enviasse para cópia. Essa experiência de coleta e restauração apenas pode ser entendida se relacionada com a expectativa de um novo uso, definido pela insistência na idéia de modelo.

Na avaliação de Januário, a literatura nacional poderia estar em pé de igualdade com as de outros países europeus, em especial no que se refere à poesia, desde que o esquecimento não as ocultasse. Em nenhum momento duvida-se da existência dessa literatura e de sua qualidade. Tratava-se apenas de fazê-la conhecida dos brasileiros e das nações civilizadas — em certa medida, um trabalho semelhante ao que era feito por viajantes ao mostrarem ao mundo a variedade da natureza brasileira. A existência de uma literatura nacional é definida como mais um elemento no rol daqueles que deve possuir uma nação civilizada. O desconhecimento ou mesmo um descuido desse patrimônio deveria ser explicado pela anomalia de uma colonização nociva e desorganizadora, que roubara as energias que deveriam ser aplicadas no cultivo dessa herança.

Veterano das lutas políticas pela Independência, Cunha Barbosa fora aliado de Gonçalves Ledo e adversário do grupo ligado a José Bonifácio. Essa rivalidade lhe custaria o exílio na França sob a acusação de republicanismo. Voltando à pátria, logo se tornaria um dos elos de ligação entre as gerações de letrados e políticos que tomaram parte nos movimentos da emancipação e os jovens que se formavam acadêmica e intelectualmente no Brasil do período pós-Independência (Guimarães, 2002, pp. 394-5).<sup>5</sup> De fato, essa posição estratégica do velho Cônego deveu-se menos ao “Parnaso” do que a sua atuação no IHGB de 1838 até o seu falecimento em 1846.

Um elemento apenas insinuado no Parnaso serviria como bandeira para toda uma geração, *i.e.*, a trilha das letras como alternativa à disputa política:

---

*Agora porém que o Brasil, felizmente desassombrado da opressão*

<sup>4</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>5</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Januário da Cunha Barbosa” In Ronaldo Vainfas (ed.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp. 394-5.

*antiga, e tão duradoura; agora, que ocupando um lugar distinto na categoria dos povos livres, lhe é já permitido, à sombra de um governo verdadeiramente paternal, o dar-se em desafogo à altura de todo o gênero de úteis aplicações; fora sem dúvida um descuido imperdoável o não fazer ressurgir a sua esmorecida literatura, apresentando na frente dela as excelentes composições poéticas dos mais ilustres engenhos.*<sup>6</sup>

A ênfase com que o Cônego Januário impunha um “agora” ao passado imediato de lutas afirma o desejo de tomar distância de um momento conturbado que insistia em não passar — basta lembrar que, alguns meses após essas linhas, o Imperador Pedro I seria afastado do poder, tendo início o período regencial, marcado por profundas inquietações políticas e sociais. Essa vontade de iniciar de vez o futuro, afastando o passado, precisava repensar as formas de relacionamento entre as letras e a política.

Por um lado era mantida a noção de que a estabilidade de governo promove as letras, por outro, estas começam a surgir como ocupação alternativa à política, sem, no entanto, se constituir enquanto esfera crítica. Debaixo de um “governo paternal”, dedicar as melhores energias dos cidadãos ao jogo político era fonte certa de conflitos e perturbações. A própria vida política, perdendo o centro comum dado pela Independência, parecia mais e mais uma teia de interesses particulares. Seguir a trilha das letras despontava como a contrapartida necessária ao governo paternal. Negligenciá-las para envolver-se com os jogos partidários logo seria classificado como antipatriótico, pois comprometia a tranqüilidade pública tão desejada após os “[...] últimos vinte anos de nossos acontecimentos políticos”.<sup>7</sup>

Além do útil, a literatura poderia contribuir com as amenidades tão necessárias nos países civilizados, capazes de adoçar os costumes. A trilha crítica cedia espaço ao ornamental e ameno. O ornamento era um patrimônio necessário que se deveria acumular e legar às gerações futuras como mostra do patamar de civilização; a amenidade dos costumes era não apenas a promessa que se oferecia aos novos poetas, mas também signo da própria civilidade de um povo:

*E quem não vê, que o conhecimento do patrimônio opulento, deixado como herança à mocidade futura por seus tão gloriosos antepassados, deverá necessariamente despertar de novo as sementes do bom e apurado gosto na geração presente, e na que está para vir? Sim, e eu o tenho por sem dúvida, os jovens meus patrícios, lendo e estudando os perfeitos exemplares de animada poesia dos seus claros maiores, que nesta coleção lhes irei apresentando, certo se irão também mais e mais adestrando neste gênero de amenas composições, e chegarão porventura a dar à pátria cópias fiéis de tão bem acabados modelos.*<sup>8</sup>

Para atingir esses propósitos não era necessária uma história da literatura. A única operação histórica requerida era o estabelecimento de uma fronteira entre um momento passado de conflitos e a nova ordem presente que se abria. O “Parnaso

<sup>6</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. *Op. cit.*, p. 36.

<sup>7</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. *Op. cit.*, p. 33.

<sup>8</sup> BARBOSA, Januário da Cunha. *Op. cit.*, p. 36.

Brasileiro” é, por isso, uma coleção de exemplos, e não uma narrativa histórica do desenvolvimento de uma literatura. A experiência do tempo preponderante é marcada pela idéia de fases ou ciclos que se completam.

O “Parnaso brasileiro” reaviva a idéia clássica da trilha das letras como não apenas alternativo à vida política, mas também capaz de apaziguar os ânimos e os partidos em luta. Essa percepção só será aprofundada quando a própria atividade poética puder ressignificar seu empenho patriótico em uma atividade cultural pedagógica que, ao lado da atividade político-parlamentar, constituísse a via do serviço ao Estado, tanto diretamente, na sua burocracia, quanto nas instituições e pessoas por ele patrocinadas.

É difícil avaliar a extensão dos conhecimentos de Januário sobre obras como o “*Résumé*” de Ferdinand Denis ou o “Parnaso Lusitano” de Almeida Garrett, ambos publicados no ano de 1826. Diferentemente de José Bonifácio, que fazia parte da elite administrativa do Império Português, o Januário era um representante da chamada “elite brasileira”. Sua formação era toda local, e não chegou a partilhar da experiência fundamental de administrar o mundo luso-brasileiro. Talvez por isso não poupe críticas aos trezentos anos de presença colonial, atribuindo a ela as causas do esquecimento e descuido do patrimônio literário do Brasil. Essa avaliação da presença portuguesa é o que, em seu “Parnaso”, mais se aproximaria do texto de Denis.

Apesar disso, o tratamento dispensado ao conceito de literatura nacional parece mais compatível com o desenvolvido por Almeida Garrett. Este, malgrado as críticas ao imobilismo das regras em literatura, mantém, paralelamente, o critério universal do gosto.<sup>9</sup> A narrativa da literatura portuguesa de Garrett, aí incluída a literatura do Brasil, é também tributária de uma compreensão cíclica, em que a uma Idade do Ouro sucederiam restaurações e novas decadências. (Almeida Garrett, 1984, p. 35-6).

Em linhas gerais, Garrett divide sua história em sete períodos: origens da língua; primeira época literária; Idade do Ouro (séculos XVI-XVII); início do declínio (século XVII); Idade de Ferro, na qual “aniquila-se a literatura e corrompe-se inteiramente a língua” entre fins do XVII até meados do XVIII; Restauração das letras na segunda metade do XVIII e, por fim, a atual época literária denominada Segunda Decadência, marcada, na língua pelo galicismo e, na literatura pelas traduções.

Na primeira fase, ou origem, Garrett mostra-se especialmente interessado nos diferentes destinos dos idiomas e dialetos falados na Península. Chama a atenção para o fato de alguns desses idiomas terem se tornado línguas modernas, como aconteceu com o castelhano e o português, e outros terem desaparecido ou permanecido como língua de segunda ordem:

*Ninguém ignora hoje que o provençal foi a primeira que entre as línguas modernas se cultivou, mas que por sua breve duração não chegou nunca à perfeição. [...] O Castelhana e o português, que mais tarde se cultivaram, permaneceram pelo sabido motivo da conservação da*

---

<sup>9</sup> GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y método: fundamentos de una hermenéutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993, pp. 75-95.

*independência nacional, e vieram a completo estado de perfeição e caráter cabal de línguas cultas e civilizadas. (Almeida Garrett, 1984, p. 13)*

Já na discussão das origens é apontado o motor para o desenvolvimento das línguas, *i.e.*, a conservação da independência nacional. Por isso, as duas épocas de decadência coincidem, em sua narrativa, com momentos de domínio estrangeiro, primeiro espanhol, depois francês.

No que consistiria essa perfeição do idioma? Não se tratava, naturalmente, de um progredir linear; esse estado de perfeição era logo seguido pela decadência e restauração. O modelo era imposto pela própria inserção precária de Portugal na narrativa dos tempos modernos. O principal critério de perfeição é o da existência ou não de uma literatura completa, ou seja, que a língua nacional esteja sendo empregada nos diversos ramos da atividade literária. Por isso, a origem da língua não coincide com sua primeira época literária. Em Portugal, essa primeira época é aberta quando o rei Dom João I manda substituir o latim pelo português em todos os documentos públicos.<sup>10</sup> Logo, a associação com um Estado surge como principal fator para a constituição de uma língua e uma literatura independentes:

O biscainho, catalão, galego, aragonês, castelhano, português e outras mais foram e são ainda alguns distintos idiomas: porém só os dois últimos tiveram literatura própria e perfeita, linguagem comum e científica, tudo enfim quanto constitui e caracteriza (se é lícita a expressão) a *independência* de uma língua.<sup>11</sup>

A língua era uma dimensão que preexistiria ao Estado, mas a literatura, enquanto possibilidade dessa língua, só poderia existir se houvesse antes uma fonte de autoridade capaz de sustentar e incentivar a sua existência. Para o contexto luso-brasileiro, esse entendimento traria conseqüências profundas. Como entender uma língua que servia a dois Estados independentes? Seria possível pensar dois Estados partilhando a mesma língua e literatura? Ou, ainda, a mesma língua poderia produzir duas literaturas distintas? Essas perguntas não são fundamentais para Garrett, cujo problema central é responder ao que chama de segunda decadência da literatura portuguesa.

Para avaliar os desenvolvimentos da língua e da literatura ao longo de suas “épocas”, Garrett utiliza-se de um duplo critério. De um lado, a universalidade das regras do gosto e da perfeição formal da obras; de outro, a representação da cor local, dos hábitos e costumes dos povos aos quais a língua deve sua origem. Do ponto de vista da língua, tratava-se de expurgar as influências dos outros idiomas, especialmente no plano vocabular. Para a literatura, exigia-se não apenas a presença de obras nos mais variados gêneros, mas principalmente a representação da cor local, da paisagem e dos costumes. A presença desse critério bifronte tem conseqüências profundas na narrativa histórica de Garrett. Por exemplo, na avaliação da segunda época literária, ou Idade do Ouro:

<sup>10</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”. In \_\_\_\_\_. Obras Completas. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984, p. 15.

<sup>11</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. *Op. cit.*, p. 13.

*[...] Medrou e cresceu a poesia na delicadeza, na harmonia, no gosto; porém desmereceu muito, demasiado na originalidade, no caráter próprio, que perdeu quase todo, em a nacionalidade, que por muito pouco se lhe ia.*<sup>12</sup>

Este tipo de descompasso revela que era cada vez mais difícil conciliar o modelo cíclico com as exigências de uma crescente consciência da singularidade do tempo presente. Atravessando as sete épocas cíclicas, já é possível identificar uma linearidade orientando a narrativa. Isso fica mais evidente na avaliação da obra de Antonio Ferreira:

*Cegou-se todavia o nosso bom Ferreira na imitação dos Antigos; copiou-os, não os imitou: e daí, enriquecendo a língua, empobreceu a literatura, porque a avezou a esse hábito de copista; cancro que rói o espírito criador, alma e vida da poesia nacional.*<sup>13</sup>

O duplo critério — do gosto para a língua, e da nacionalidade para a literatura — levaria a este tipo de ambigüidade. Para tentar resolvê-la, Garrett procurou diferenciar cópia e imitação. Enquanto a primeira ignora a nacionalidade, a segunda lança uma ponte entre a universalidade do gosto e dos recursos formais e a cor local. Pela imitação, língua e literatura poderiam conviver harmonicamente e produzir um momento único na história portuguesa. A segunda decadência poderia ser então seguida por uma verdadeira Idade do Ouro. Por esse movimento, o “Parnaso lusitano” totaliza os momentos anteriores, que passam a convergir para os desafios do presente. Não se trata apenas de repetir, mas de avançar com a ajuda do passado em um novo momento literário.

A sétima e última época, seu tempo presente, entendida como segunda decadência, traz a chave interpretativa para compreender a sua narrativa. Aqui, o critério do gosto passa a coincidir com o da nacionalidade. A língua, assim como o próprio Estado, sofre as conseqüências da recente invasão francesa. A dominação estrangeira explicaria o galicismo, e a redução da atividade literária às traduções que, na opinião de Garrett, melhor corresponderia à cópia:

*Traduzir livros de artes, de ciências é necessário, é indispensável; obras de gosto, de engenho, raras vezes convém; é quase impossível fazê-lo bem, é míngua e não riqueza para a literatura nacional. Essa casta de obras estuda-se, imita-se, não se traduz. Quem assim faz acomoda-as ao caráter nacional, dá-lhes cor de próprias e não só veste um corpo estrangeiro de alfaias nacionais (como o tradutor), mas a esse corpo dá feições gestos, modos, e índole nacional [...].*<sup>14</sup>

Essa solução guarda certo compromisso com as noções de modelo e exemplo, pois faz supor que uma forma poética passada possa ser repetida e imitada. Por isso, Garrett elogia Camões quando imita, mas não copia as epopéias antigas. Há uma disjunção entre forma e conteúdo das obras. A forma guarda algo de universalmente

<sup>12</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. *Op. cit.*, pp. 17-18.

<sup>13</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>14</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. *Op. cit.*, p. 38-9.

válido e cujo domínio diz do gosto de uma época e do talento de seus autores. O conteúdo precisa refletir a nacionalidade, mas não se impõe a necessidade de novas formas poéticas.

Entre o “Parnaso” de Garrett e o de Januário, graças à narrativa histórica do primeiro, e o afastamento temporal do presente imediato, no segundo, conceitos como nação, Estado, língua e literatura passam a estar nitidamente articulados em torno de problemas comuns. O que interessa reter ao final desta seção, mais do que as soluções propostas pelos autores, são as perguntas que, a partir daí, foi possível formular: qual o destino da língua e literatura portuguesa a partir da divisão do mundo lusitano? Sendo o Estado independente elemento fundamental para o aperfeiçoamento de uma língua, o que dizer de um idioma dividido por dois Estados diferentes? E quanto à literatura, a que *corpus* pertenceriam as obras produzidas no Brasil antes e depois da Independência?

O clamor pela cor local apresenta-se com força em Garrett e está ausente no “Parnaso” do Cônego Januário. Em ambos, no entanto, mesmo quando se fala em literatura nacional é possível vislumbrar a unidade da literatura portuguesa. Se, para Denis, a crítica à influência européia e portuguesa/colonial interessava também como abertura a uma preponderância da influência francesa, e pessoal, sob a nascente literatura, para Garrett não havia dúvida: com a produção dos engenhos brasileiros, “[...] começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se [...]”.<sup>15</sup>

Seria possível então conceber uma língua e duas literaturas? E o papel do Estado como autoridade sobre a língua, quem o exerceria, o Estado português ou o Estado brasileiro? E, mesmo assim, como se aperfeiçoaria uma língua que deveria promover uma literatura que fosse fiel às cores de dois locais tão distintos, a Europa e a América? Enquanto o conceito de literatura corresponder a um conjunto de obras que devem estar distribuídas entre os gêneros retóricos haverá espaço para uma imitação do passado, senão em seus conteúdos, que podem ser substituídos pela cor local, ao menos em suas formas. Da mesma maneira, esse conjunto poderia ainda ser mecanicamente dividido ou compartilhado por dois Estados. Talvez por não ter de prestar contas a uma relação com o passado permeada pelas idéias de restauração e regeneração, Ferdinand Denis pôde, no seu “*Résumé*”, fazer a passagem entre independência política e independência literária, mesmo que prescindisse de um conceito de literatura como expressão linear e cumulativa de uma idéia histórica.<sup>16</sup>

### **GONÇALVES DE MAGALHÃES: A APROPRIAÇÃO HISTÓRICA DO PASSADO**

O período que se inicia em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, prossegue e aprofunda o clima de agitação política e social. A tentativa de Januário da Cunha Barbosa de tomar distância das lutas pela independência e iniciar um período mais favorável às letras estava condenada a confrontar a realidade caótica do chamado período regencial (1831-1840). Os vários sujeitos do heterogêneo Império do Brasil faziam convulsionar as estreitas ruas das cidades coloniais. Os literatos de ontem

<sup>15</sup> ALMEIDA GARRETT, João Ruiz de. *Op. cit.*, pp.32-33.

<sup>16</sup> Cf. DENIS, Ferdinand. “Resumo da História Literária do Brasil”. In Guilhermino César (org.). *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: Edusp, 1978.



eram políticos ou homens de governo, seus nomes ornamentavam as listas de funcionários e estadistas. Uma renovada classe dirigente emergia enriquecida com o cultivo do café e a expansão da escravatura. Novas gerações intelectuais formavam-se já nas faculdades estabelecidas no Brasil.

A geração formada na Europa, especialmente em Coimbra, que havia partilhado a administração do mundo luso-brasileiro, dominava a vida pública, mas precisava acomodar os novos interesses que emergiam com o café e com os literatos de formação nativa. É um grupo altamente representativo desse novo perfil intelectual que estará envolvido no lançamento de um dos primeiros movimentos de renovação estética organizados enquanto projeto no Brasil. Trata-se da “Revista Nitheroy”, cujos únicos dois números foram publicados em Paris, no ano de 1836.<sup>17</sup>

Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre, João Manuel Pereira da Silva, Cândido de Azeredo Coutinho e Domingos José Gonçalves de Magalhães são os cinco amigos que, com a ajuda do francês, membro do Instituto Histórico de Paris, Eugène Monglave, reuniram-se em torno da revista. Na música, na economia, nas artes ou na literatura, o grupo procurava atualizar o Brasil com as novidades dos salões e das conferências parisienses.

Neste artigo, interessa particularmente o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, publicado por Magalhães no primeiro número da revista, e cujo esboço havia aparecido, em 1834, na revista do Instituto Histórico de Paris.<sup>18</sup> Assim como Torres Homem, Magalhães formou-se pela Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, mas nunca exerceu a profissão. Já na época da faculdade, que iniciara em 1828, teve a oportunidade de manter contato com a história da filosofia através do curso oferecido em 1829 pelo Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1855) — o pregador sacro mais importante do período e um dos renovadores dos estudos filosóficos no Brasil.<sup>19</sup> É provavelmente no “Compêndio de Filosofia” do velho Frei que Magalhães tomou contato com as idéias ecléticas que o fascinaram durante sua estada em Paris. Chegou a capital francesa em setembro de 1833, somente retornando ao Rio de Janeiro em 1837.<sup>20</sup>

O texto do ensaio de Magalhães está organizado em três partes articuladas. A primeira trata do conceito de literatura e de como deve ser a sua história; a segunda pensa a aplicação desses princípios ao Brasil; e a terceira discute a existência de uma literatura indígena e seu papel no futuro da literatura nacional.

Como registro da atividade espiritual de tempo e local determinados, a literatura funciona como memória, como uma espécie de cápsula do tempo direcionada à

---

<sup>17</sup> CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*. Vol. II. Belos Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997, pp. 13-4 e Amora, Soares. Apresentação crítica. *Nitheroy*: revista brasiliense. Edição fac-similar organizada por Plínio Doyle. São Paulo: Brasiliense, 1978, pp. XVII-XIX.

<sup>18</sup> CANDIDO, Antonio. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>19</sup> COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1967, pp. 70-71.

<sup>20</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo, 1973, p. 24.

posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração. Quanto mais fiel à realidade que representa, mais a literatura estaria próxima de cumprir o seu papel principal, ou seja, guardar a memória de uma geração ou povo destinado inexoravelmente à extinção:

*A Literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador de suas glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência.*<sup>21</sup>

A ênfase no papel testemunhal da literatura é correlata à percepção da singularidade de cada povo e, em alguma medida, de cada época ou geração. Ao mesmo tempo em que desqualificava a exemplaridade dos modelos retóricos, essa percepção impunha ao presente a tarefa de desenvolver sua identidade e registrá-la como um legado, uma forma de imortalidade, ou, ainda, uma peça no grande quadro da história da humanidade.

Embora afirme dever ser a literatura filha de seu tempo, Magalhães admite que para alguns povos ela precisa lidar com uma dimensão que não está diretamente relacionada com suas circunstanciais reais. Pela própria natureza não perecível da literatura, os povos costumam herdar tradições de outros lugares e tempos. É assim que a literatura da Europa esteve sempre marcada pela presença das literaturas grega e romana, em grande medida estranhas àquela realidade. Sendo a Europa fundamentalmente cristã, conviveu durante séculos com uma literatura repleta de referências aos deuses e mitos pagãos. Nesse caso, prossegue Magalhães, pode haver tanto o paralelismo das duas literaturas — uma nativa e outra emprestada, cada qual discernível uma da outra — quanto a fusão das duas, de tal forma que já não seja possível distinguir uma da outra.

Todas as literaturas modernas estariam marcadas por essa luta entre duas forças: a expressão de seu próprio tempo e lugar e um conjunto de obras, referências e procedimentos herdados. De um lado, uma literatura viva, em diálogo íntimo com o povo, de outro, um universo congelado, resultado mesmo da atividade humana sobre a Terra. Embora Magalhães privilegie o relacionamento com a Antigüidade, pois sua literatura impunha-se como norma, o conflito se repetiria entre diferentes povos, e mesmo entre diferentes gerações ou épocas. Em última instância, a literatura era, e devia ser, a expressão de uma individualidade orgânico-teleológica, seja ela um indivíduo — transfigurado em gênio —, uma geração, uma época ou, a mais geral, uma nação.

O conceito de literatura deixa de se referir apenas ao conjunto de obras organizadas ao longo de uma grade de gêneros e torna-se a representação de um campo de experiência: “[...] eu [literatura] sou o espírito desse povo, e uma sombra viva do que ele foi”.<sup>22</sup> Transformada em processo, a literatura assume o papel de horizonte de totalidade, a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de

---

<sup>21</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy*, revista brasiliense. Ciências, letras e artes, 1836, número I, p. 132.

<sup>22</sup> *Idem, ibidem.*

uma comunidade ao longo do tempo e do espaço. Através dela a história deixa de ser apenas a sucessão de acontecimentos isolados e torna-se o desenvolvimento progressivo de uma identidade, cujo sujeito maior é o povo e o resultado a nação.

No texto de Magalhães a literatura assume funções que seriam próprias do conceito moderno de história. Não dispondo ainda de um conceito de história que pudesse designar esse novo campo de experiência que se abre, *i.e.*, o do passado como desenvolvimento progressivo de uma identidade, Magalhães sobrecarrega o próprio conceito de literatura, que além de designar a necessária representação da realidade, passa a nominar a própria realidade a ser expressa. Magalhães poderia então dizer que o homem age no mundo produzindo literatura. O uso do termo “literatura”, no lugar de expressões tradicionais como “letras” ou “belas-letras”, parece indicar essa passagem fundamental para um conceito historicizado. Esse conceito de literatura só é possível quando se abre um novo campo de experiência histórico, mesmo que ele assuma, provisoriamente, a tarefa de nominar esse próprio campo.

Ao novo conceito de literatura era fundamental um novo conceito de história. Na ausência deste, mas com a percepção clara do campo de experiência ao qual ele responde, Magalhães desenvolve uma meta-literatura. Não se deve estranhar, portanto, que ao longo do texto seu conceito de história permaneça amarrado aos lugares comuns da história como gênero retórico: “[...] estudamos a história, não com o único fito de conhecer o passado, mas sim para tirarmos úteis lições para o presente [...]”.<sup>23</sup>

A escrita da história no Brasil estava ainda atrelada não só às prescrições antigas, mas o conjunto de fenômenos por ela abarcados continuava profundamente limitado ao campo político no sentido mais estreito. Magalhães sabia que a sua História da Literatura precisaria ampliar muito o campo de objetos tradicionalmente tratados pela história. Aberto um campo de objetos típicos de uma compreensão moderna de história, faltava fazer coincidir com ele a dimensão da escrita histórica. Mas, diferentemente do termo “literatura”, que tinha a vantagem de ter atravessado os séculos como que sub-utilizado, o termo “história” tinha atrás de si todo um campo semântico sobrecarregado de prescrições e normas retóricas. Vale aqui notar que o verbete “literatura” está ausente do dicionário de Moraes até 1831, quando aparece com a seguinte definição, “Erudição, ciência, notícia das boas letras, humanidades. Homem de grande literatura”. O termo aparecia já no suplemento ao “Vocabulário português e latino” de Bluteau, publicado em 1728. Provavelmente, quando Moraes redigiu a primeira edição do seu dicionário (1789), que era, na verdade, uma atualização do Bluteau, o verbete ficou de fora, só retornando ao dicionário mais de um século depois, praticamente inalterado.

No ensaio “Estudos sobre a literatura”, João Manoel Pereira da Silva refaz o percurso aberto por Magalhães, desta vez sob ponto de vista do estado atual da questão na Europa.<sup>24</sup> Da Grécia, passando por Roma e pela Idade Média, até o século XIX, o autor procurou traçar a história da literatura européia, culminando com

<sup>23</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 159.

<sup>24</sup> SILVA, João Manoel Pereira da. Estudos sobre a literatura. *Nitheroy*, revista brasiliense. Ciências, letras e artes, 1836, número II, pp. 214-43.

o que chamou de escola romântica. De certa forma, os “Estudos sobre a literatura” funcionam como uma explicação didática do “Ensaio” de Magalhães, esclarecendo aos nacionais que as idéias, bem como a produção poética do “primeiro lírico brasileiro” estavam em sintonia com as novidades do Velho Mundo. Enquanto o “Ensaio” de Magalhães é econômico nas citações de autores europeus, o de Pereira da Silva está repleto, desde Herder, Hegel, Scott, até as referências obrigatórias como Cousin, Staël e Constant. Assim como em Magalhães, seu conceito de Literatura é elástico e substantivo:

*A literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a inteligência humana seu poderio; é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, e a história progressiva e circunstanciada do espírito humano com suas superstições, crenças e caráter próprio; é a apreciação da influência dos elementos uns sobre os outros no espírito das diferentes épocas, é a filosofia, a história, a eloquência e a poesia.<sup>25</sup>*

Falta ao conceito qualquer reflexão sobre o que diferenciaria a literatura ou os gêneros literários entre si. A literatura funciona como um horizonte de totalidade que descreve e abarca o mundo das produções humanas, daquilo que possui sentido e pode ser guardado e transmitido através da linguagem.

A enumeração dos domínios literários que fecha o trecho, *i.e.*, filosofia, história, eloquência e poesia, serve de fio condutor para a seção final do “Estudo” em que é oferecido ao leitor um quadro geral do estado-da-arte de cada ramo da literatura. A análise começa com a poesia, considerada a primeira e mais importante, que na Europa era dominada pelas idéias românticas e que no Brasil já possuía seu primeiro monumento, os “Suspiros poéticos” de Magalhães. A centralidade da poesia é confirmada pelas novas tarefas do poeta, devendo ser, simultaneamente “[...] historiador, filósofo, político e artista [...]”. O primado da poesia parecia corresponder ao que era entendido como completa ausência de uma tradição histórica no Brasil. Para cada ramo que abordava, Pereira da Silva procurou mostrar a contribuição brasileira, menos no último a ser tratado, a história, que, quer seja a particular ou a universal, não possuía no Brasil manifestação autêntica, digna das novas tarefas do gênero.

Talvez por essa ausência, mas também pela vontade de assumir ele mesmo o lugar de gênio da cultura, a meta-literatura pensada por Magalhães encontra seu lugar de realização na história da literatura, que deve ser capaz de, por cima das mais diversas manifestações literárias, descobrir a idéia geral que conduz o processo:

*[...] o nosso fim não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a história da Literatura do Brasil, que toda a história, como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama.<sup>26</sup>*

<sup>25</sup> SILVA, João Manoel Pereira da. *Op. cit.*, p. 215.

<sup>26</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 142.

Essa consideração surge no ensaio como uma espécie de justificativa para as suas divagações que poderiam ser consideradas estranhas e desnecessárias ao campo das letras. Fica claro o esforço de diferenciar seu projeto de tentativas anteriores, em especial do “Parnaso Brasileiro” de Januário, do qual tinha conhecimento e chega mesmo a citar no corpo do texto. A história da literatura de Magalhães não poderia ser apenas a “história literária” da geração anterior, porque seu próprio conceito de literatura era distinto. Da mesma forma que o povo, como referência básica, substitui o “cidadão brasileiro”, também a literatura deixa de ser apenas o conjunto de livros produzidos por homens nascidos no Brasil. Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é simplesmente a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica.

Esse novo conceito de literatura, cuja imagem está lançada tanto no passado quanto no futuro, está lado a lado com novos conceitos que igualmente passaram por um processo de historicização. A experiência do tempo parece romper com suas permanências cíclicas e apontar para um desenvolver linear e progressivo. Essa nova experiência do tempo, produzida e produtora dos novos conceitos, requer um arsenal epistemológico fundado em categorias como sentido, expressão, compreensão e individualidade.

Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam. Com a historicização progressiva, o mundo natural passava a ser entendido em unidade com o moral. Essa ação mútua era um dos motores fundamentais do processo de individuação.<sup>27</sup> Mas essa mesma historicização que exigia a singularização da pátria — ao buscar as explicações no lugar, na natureza — multiplicava a quantidade dos fatos do sistema. A simples referência a uma cadeia causal ou a leis gerais parecia ser insuficiente para explicar e totalizar esse conjunto virtualmente infinito de lugares e épocas. Para unificar-se um conjunto heterogêneo nada era mais adequado do que a forma narrativa. Pelo novo instrumento, a simples sucessão de uma cadeia de eventos em uma linha temporal, com começo, meio e fim, adquiria a figura de um todo e a coesão estético-dramática exigida. Somente deste modo as diferentes histórias literárias poderiam ser reunidas para formar uma literatura, não apenas como a soma mecânica de autores e obras.

Somente a partir dessas categorias foi possível lidar com o fenômeno “literatura” como um processo cuja imagem total não está disponível. Em outras palavras, no texto de Magalhães estão reunidos pela primeira vez os instrumentos teóricos capazes de compreender um fenômeno em seu desenvolvimento progressivo no tempo. Se o presente parecia perder o controle de sua imagem ao estendê-la do passado ao futuro, os novos conceitos hermenêuticos, nascidos justamente para lidar com os problemas da individualidade, ofereciam novas formas de controle. Como processo individualizado, essa literatura possui sentido e, como tal, é passível de operações hermenêuticas básicas como interpretação, antecipação e aplicação.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> STAFFORD, Bárbara Maria. Toward romantic landscape perception: illustrated travels and the rise of ‘singularity’ as an aesthetic category. In Harry C. Payne (ed). *Studies in Eighteenth-century culture*, vol. 10, Madison: The University of Wisconsin Press, 1981, pp. 53-55.

<sup>28</sup> GADAMER, Hans George. *Op. cit.*, p. 331-344.

Essa nova experiência do tempo tem conseqüências diretas para velhos problemas que haviam sido lançados por ocasião do processo de independência. Para o novo país, era cada vez mais incômodo a posição de herdeiro do caminho especial lusitano de inserção na modernidade. No horizonte dos conceitos de restauração e regeneração havia a possibilidade de se herdar essa via especial. As lutas que se prolongaram ao longo das décadas de 1820 e 1830 aprofundaram o sentimento anti-lusitano ao opor brasileiros nascidos no Brasil a brasileiros nascidos em Portugal.

No entanto, não era tão simples destacar-se da antiga metrópole ou, para muitos, da mãe pátria. Ao novo Império era fundamental afirmar seus vínculos com a civilização européia, afinal, reinava no Brasil a família de Bragança, uma das mais tradicionais do Velho Mundo. Ao mesmo tempo, muitos acreditavam ainda que a distância da Europa fosse um entrave à civilização. As teorias disponíveis que poderiam explicar a constituição de novas formas, sejam animais, sejam políticas, estavam muitas vezes fundadas na idéia de degeneração. Pois, se era verdade que todas as espécies haviam sido criadas desde o início do mundo, a mudança só poderia ser entendida como aperfeiçoamento, regeneração ou degeneração. O mesmo não seria então válido para as nações? Como entender o surgimento de uma nova nação? Por certo, para alguns brasileiros já não bastava a idéia de estarem regenerando ou aperfeiçoando a glória de Portugal, mas também não gostariam de se imaginar como sua degeneração.

O século XVIII constitui a alimentação, o clima e outros elementos exteriores como os principais fatores responsáveis pela dinâmica das formas. Ao longo de todo o século XIX esses fatores serão reivindicados como lei, e a experiência da aclimatização das plantas um modelo de pensamento. A influência desses vetores poderia reorganizar os elementos constitutivos de um todo, mas não criar uma nova individualidade, da mesma forma que uma planta retirada de seu clima original adaptava-se, mas não perdia a identidade primeira.

Para um autor tão influente como Buffon, as modificações nas formas originais eram entendidas como degeneração, imperfeição e declínio. Por isso a sua teoria sobre os animais do Novo Mundo, que seriam menores por terem degenerado. Estabelecia também que o clima temperado, predominante na Europa, era o mais adequado para o aperfeiçoamento dessas formas. É impossível não imaginar a angústia de alguns intelectuais brasileiros ao lerem tais idéias. Também os homens não estariam fadados a degenerar longe do clima temperado da Europa?<sup>29</sup> Neste horizonte a idéia da nova nação como uma regeneração de Portugal parecia ser a menos perigosa.

Como visto, Magalhães contava com instrumentos teóricos que lhe permitiriam propor outra compreensão desse processo. Para ele, a nova nação, mesmo herdando a “mesquinha” cultura lusitana, tinha outras origens: “Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura, e os cetros dos

---

<sup>29</sup> SLOAN, Phillip R. The idea of racial degeneracy in Buffon's *Histoire Naturelle*. In Harold E. Pagliano (ed.). *Studies in Eighteenth-century culture*, vol. 3, Cleveland: The Press of Western Reserve, 1973, p. 305-306.

reis”.<sup>30</sup>

A nova nação nascia com os tempos modernos, assumia radicalmente sua novidade e acertava seus ponteiros com a grande narrativa de progresso que embalava a Europa e na qual Portugal tropeçava. Afinal, prossegue Magalhães, foi a invasão das tropas franceses na Península Ibérica o que provocou a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a elevação da antiga colônia à categoria de reino unido: “Sem a Revolução Francesa, que tanto esclareceu os povos, este passo tão cedo se não daria. Com este fato uma nova ordem de coisas abriu-se para o Brasil. Aqui deve parar a primeira época da História do Brasil”.<sup>31</sup>

Magalhães afirmava que já desde antes da Independência, no século XVIII, os destinos do Brasil estavam misturados aos da nação francesa. Pois foi neste século que a civilização européia chegou ao Novo Mundo, passando por Portugal, que nada mais fez do que ser uma espécie de intermediário ou tradutor dos livros franceses que chegaram ao Brasil. Essa vinculação com a França parecia resolver o problema do necessário vínculo civilizacional com o Velho Mundo:

*A Independência foi proclamada em 1822, e reconhecida 3 anos depois. Mas [sic] tarde a experiência mostrou que tudo não estava feito; coisas, há que se não pode prever. O Brasil, que parece pautar suas ações, e seguir as pegadas da nação francesa, no ano seguinte ao de 1830 em que caiu do trono da França o rei, que o ocupava, acorde movimento experimentou ele, e a coroa que cingia a fronte de um príncipe português [...].*<sup>32</sup>

Com a abertura dessa nova época, também se revela o sentido de sua história, ou seja, a constituição de uma nova pátria: “uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma nova idéia até ali desconhecida, é a idéia de pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome [...]”.<sup>33</sup> A escrita da história literária pode agora, a partir desse princípio básico orientador, estudar o passado e selecionar aqueles momentos constitutivos que apontavam para a Independência. Esse princípio orientador é o que difere o procedimento básico da “história da literatura”, ou seja, a seleção e valoração dos momentos constitutivos, da simples coleção de obras e nomes que empreendera o Cônego Januário na sua “história literária”.

Com a divisão da história do Brasil em duas épocas distintas, Magalhães deixava claro que sua compreensão da História da Literatura avançava para muito além do que até então era chamado literário. Era pela História da Literatura que imaginava poder definir o sentido do desenvolvimento da nova nação, seu caráter. Para este empreendimento, a História tradicional funcionava como uma espécie de ciência auxiliar.

No ensaio sobre a religião, publicado no segundo número da “Nitheroy”, Magalhães retomou o problema da temporalidade brasileira:

<sup>30</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 148.

<sup>31</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>32</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 150-151.

<sup>33</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Op. cit.*, p. 152.

*O Brasil colocado noutra hemisfério, noutra continente por muito tempo fora do contato da civilização européia, tendo de trilhar a estrada, que a nova civilização lhe marca, de nenhum modo pode ter por presente, o presente da Europa, centro hoje da civilização. Impelido mais tarde ao movimento, falta de molas, que o ativassem, lentamente devia tocar os diferentes graus, que a civilização européia, em sua marcha, após si deixara; seu presente é pois o passado do centro ilustrado da Europa.*<sup>34</sup>

Com esse movimento amenizavam-se as ansiedades inevitáveis quando se procurava afirmar a singularidade do Brasil e distanciá-lo de Portugal. Se por um lado poderia parecer inferiorizar a nova nação situando-a no passado, *i.e.*, em atraso com relação ao Velho Mundo, por outro esse movimento garantia que o futuro não poderia ser diferente do presente da civilização. O futuro é ocupado por uma promessa de progresso e segurança, só possível pela compreensão plural do tempo aberta pela consciência da simultaneidade do não contemporâneo.<sup>35</sup>

Com esse novo modelo, era possível deixar o tempo acelerar sem receio de isso significar algum retrocesso. O Magalhães de 1836 é bastante otimista quanto ao ritmo do tempo novo: “Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontramos, que cuidar-se-ia que entre o passado século, e o nosso tempo ao menos um século mediara”.<sup>36</sup> Membros da primeira geração que se formara após a Independência, homens como Magalhães já não estavam atados a um passado imediato; ao contrário, seu interesse crescente por ele era o melhor sinal do seu progressivo afastamento. Nesses momentos de aceleração, a experiência muito concreta de ver um estilo de vida desaparecer é fundamental para a tomada de consciência da singularidade de cada época e de certo grau de incomensurabilidade que precisava ser remediado.

O próprio sentido do esforço de restauração do passado muda completamente. Se antes ele significava restaurar aquilo que ainda poderia ser usado — e, neste sentido, não havia ainda passado —, em Magalhães surgem novas razões:

*Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização. É mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de nova graça.*<sup>37</sup>

O sentido pragmático — ou mesmo o exemplar, que, como visto, ainda é

---

<sup>34</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Filosofia da religião, sua relação com a moral, e sua missão social. *Nitheroy*, revista brasiliense. Ciências, letras e artes, 1836b, número II, pp. 30-31.

<sup>35</sup> Koselleck, Reinhart. “Le concept d’histoire.” In \_\_\_\_\_. *L’expérience de l’histoire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 48.

<sup>36</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, p. 149.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 144.



característico da história escrita — está bastante atenuado. O passado em si mesmo passa a ser considerado um elemento de civilização, de transformação. Quanto mais variado um passado, quanto mais remoto for, mais salienta, por contraste, os progressos feitos por aquela comunidade. Possuir um passado conhecido torna-se sinônimo de civilização, assim como possuir uma literatura. Os dois estão em uma relação de dependência, sendo o passado a vida e a literatura sua expressão duradoura. Quando, no trecho citado, fala-se em reparar os erros das gerações passadas, não se trata de corrigir alguma permanência, mas sim uma censura ao descuido dessas gerações com o registro de sua literatura: “mais zelosos sejamos em pesquisar, e conservar os monumentos de nossa glória para as raças futuras, a fim de que não nos exprobrem o nosso desmazelo, e de bárbaros não nos acusem, como faríamos com justa causa dos nossos maiores”.<sup>38</sup>

A tarefa não é mais repetir um tempo-modelo, mas lembrar o passado e erigi-lo na forma de monumento, cuja expectativa de uso não é mais imediata ou direta. Reparar as faltas não é corrigir o que do passado ainda vigora, mas assumir, com esse tempo em fuga, um novo relacionamento, marcado pela autoridade e guarda.

Para um jovem de vinte e cinco anos, em uma viagem pela Europa cuja principal atração era a visita às ruínas da civilização romana, ou às antigüidades egípcias nos museus da França, era indisfarçável a ampliação do horizonte temporal.<sup>39</sup> Essa ampliação pareceu sobrecarregar toda a sua geração com a idéia da monumentalização do presente. Se cidades inteiras, como Herculano e Pompéia, haviam desaparecido para emergirem novamente no século XVIII, por que não pensar que o presente, fadado inexoravelmente ao desaparecimento, não seria também uma imagem para o futuro? No seu já citado ensaio sobre a religião, Magalhães escreveu: “Tudo tende a extingüir-se no mundo, tudo, até nossa lembrança, se a não perpetuarmos por meio de monumentos”.<sup>40</sup> No prosseguimento do ensaio, desenvolve-se a idéia de que o monumento a ser erguido era o próprio Estado, como grande continente que deveria preservar as diversas camadas monumentais produzidas por cada época.

Essa consciência do arruinar-se do presente, ou seja, da possibilidade de ver a própria época ou geração como uma individualidade que sobrevive como ruína, e não mais como modelo, está condicionada e limitada pela capacidade em encadeá-la como herdeira do passado e construtora do futuro. Em Magalhães, percebe-se certa hesitação entre uma individualidade da nação, ainda mal compreendida e insegura, e uma individualidade da época ou geração, mais visível, mas que não garantia por si só o sentido de permanência de uma totalidade orgânica maior. Por isso, no século XIX, a história da literatura estava destinada a assumir o papel que a religião exercera, ou seja, produzir totalidades estáveis.<sup>41</sup>

A última parte do “Ensaio” está dedicada à discussão da expressão literária dos

<sup>38</sup> *Idem*, p. 137.

<sup>39</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Contornos de Nápoles, fragmento das notas da viagem de um artista. *Nitheroy*, revista brasiliense. Ciências, letras e artes, 1836, número II, pp. 161-87.

<sup>40</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Filosofia da religião, sua relação com a moral..., p. 11.

<sup>41</sup> GUMBRECHT, Hans-Ulrich. “História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In Heidrun Krieger Olinto. *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, pp. 226.

nativos americanos e da influência que ela poderia ter sobre o futuro da literatura nacional. A recuperação da cultura indígena estava facilitada pela historicização da produção poética antiga, especialmente a grega, que ocorre na segunda metade do século XVIII. A descoberta de um Homero “selvagem” representava a ponta de um fenômeno mais amplo que pensava os povos selvagens como representantes de uma civilização na infância ou, na hipótese negativa, de uma antiga civilização decadente. Os dois caminhos serão percorridos pelos autores brasileiros. Para o Magalhães de 1836, a primeira hipótese parecia mais útil. Esperava-se que essa virtual poesia indígena exercesse sobre a poesia do Brasil a mesma influência “que os cânticos do bardo da Escócia [exerceram] sobre a poesia [...] do norte da Europa [...]”.<sup>42</sup> A descoberta e “tradução” das Baladas de Ossian, por James Macpherson ao longo da década de 1760, inspiraram gerações de poetas em busca de fontes renovadas e uma poesia primitiva. Hoje é sabido que as traduções de Macpherson são poesias próprias, influenciadas pelos fragmentos da tradição poética da Irlanda e da Escócia. O fundamental aqui é notar a sedução que a figura lendária de um bardo-guerreiro exercerá sobre o indianismo de Magalhães. Em um artigo sobre a “redescoberta” da Grécia pelo século XVIII, Arnaldo Momigliano entende Ossian como uma resposta ao “novo” Homero, representante de uma sociedade arcaica, bárbara, militar e irracional: “*Epic poems were put together from existing texts or quite simple forged to satisfy expectations. Ossian was made to tour Europe arm-in-arm with Homer [...]*”.<sup>43</sup>

O argumento de Magalhães é simples: sendo a poesia o tipo de manifestação literária que primeiro desponta na história dos povos, e sendo ainda a paisagem americana bela e vigorosa, a poesia dos selvagens do Brasil certamente traduzia essa realidade, senão por escrito, através da música. Nas décadas seguintes, alimentou-se a esperança de que, no interior do Brasil, fosse descoberta alguma civilização perdida, que pudesse enriquecer e inspirar a literatura. Como isso não aconteceu, o que se viu foi todo tipo de idealização do índio real, não sem um farto vocabulário “típico” e algumas informações etnográficas.

Conclui Magalhães que ao Brasil não faltariam meios para o desenvolvimento de uma poesia original, que, se os poetas brasileiros não a produziam, era porque fugiam às fontes de inspiração que já haviam mobilizado os nativos, para imitarem servilmente os modelos antigos. Passa então ao discurso padrão sobre a prioridade do gênio, que cria seus próprios modelos: “Depois que Homero, inspirado pelo seu gênio, sem o apoio de alheia crítica, elevou-se à grandeza da epopéia, criação sua, [...] vieram então os críticos, e estabeleceram regras”.<sup>44</sup>

Ao menos teoricamente, rompia-se com o tipo de interesse pelas obras do passado fundadas na idéia de colecionar modelos. Para Magalhães, estudar as obras do passado em busca dos “princípios e idéias” orientadoras da literatura, bem como de inspiração, já nada tinha a ver com a imitação ou a cópia. Sua idéia padrão de

<sup>42</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, p. 157.

<sup>43</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *The classical foundation of modern historiography*. Berkeley: University of California, 1990, pp. 174-5.

<sup>44</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, p. 158.

gênio, ao lado da figura do Herói, preenche o espaço vazio deixado pela ausência de modelos. O gênio era, ao mesmo tempo, fonte de seus modelos e instrumento de expressão de uma comunidade.

A função pedagógica que a literatura prometia estava associada com a experiência civilizacional dos selvagens. A grande novidade da síntese de Magalhães está na mudança de ênfase, ou seja, de uma miscigenação real, como em Bonifácio, para uma miscigenação simbólica. Em nenhum momento, discute a incorporação social do índio na nova nação, isso é apenas remotamente sugerido quando em defesa da literatura chama a atenção para o seu potencial pedagógico/civilizador. Na relação com o índio, tratava-se menos de oferecer do que de tomar. Eram os aspectos primitivos de sua “civilização” o que interessava, tratava-se de incorporá-los como matéria poética e literária ao patrimônio nacional.

Nesse horizonte de problemas, a literatura assumia uma função pedagógico-civilizacional muito específica. A experiência dos Jesuítas com os índios já havia demonstrado sua eficiência, mas, para Magalhães, tendo em vista sua interpretação do tempo brasileiro como o passado da Europa, tratava-se de civilizar não apenas, ou principalmente, o selvagem, mas o próprio habitante do Brasil. O literato, que de algum modo pertence, por seus conhecimentos, também ao tempo Europeu, era o ator privilegiado dessa atualização pedagógica: “Só as teorias de alguns homens positivos, que mal estudam a natureza, desmerecer podem a importância destas duas sublimes irmãs na sociedade [literatura e música], e apenas considerá-las como meras artes de luxo, e de recreação de ociosos” (Magalhães, 1836, pp. 156-7).<sup>45</sup> O literato adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão era qualificar o brasileiro que, entregue aos seus próprios instintos, não poderia ser o cidadão de um país civilizado.

Pela primeira vez no Brasil uniam-se passado, presente e futuro em um projeto de nação entendida como o desenvolvimento progressivo de uma substância histórica. A frase “O passado nos pertence, assim como nós pertencemos ao futuro” resume bem essa situação em que as diferentes gerações de habitantes do Brasil são arregimentadas em torno de uma missão e um destino. Esse gesto vigoroso do presente aprisiona passado e futuro em um projeto que é, no fundo, sua invenção:

*A estrada pelos nossos ilustres maiores aberta, que podemos considerá-la traçada em caracol numa montanha, não tocou ainda o seu cume; se intentamos chegar a ele, o mais curto caminho é trilhá-la, mas com o cuidado que não nos deixemos encantar pela harmonia das vozes dos cisnes, que a ladeiam, ouvindo-os para adoçar a fadiga, admirando-os, porém marchando sempre, empenhemo-nos por prolongar a estrada [...] (Magalhães, 1836, p. 159).<sup>46</sup>*

A imagem da montanha, escalada em círculos, mostra que ainda é impossível para Magalhães se livrar totalmente de uma experiência cíclica do tempo, mesmo

<sup>45</sup> MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, p. 156-7.

<sup>46</sup> Idem, p. 159.

que direcionada por um princípio que se desenvolve progressivamente ao longo da história. É impossível seguir o seu próprio programa de não-exclusão. Parte dessa produção poética do passado é ainda vista como retrocesso, ou desvio. Ela não é completamente incorporada; por isso, a imagem da espiral serve bem para descrever essa experiência. No fundo, falta uma compreensão do presente como produto de todas essas experiências, sem exclusão. Em seu lugar entra o princípio que se desvela na história como produtor do presente. Do ponto de vista desse germe, a história é repleta de idas e vindas, acelerações e retardos.

\*\*\*

## RESUMO

Este artigo estuda as mutações no conceito de literatura e na concepção de uma história literária como sintoma de transformações discursivas mais amplas centradas em deslocamento da experiência do tempo. Procura-se caracterizar estes deslocamentos como um processo geral de historicização da realidade em processo no Império do Brasil desde a Independência política em 1822. Paralelamente, busca-se entender como essas reflexões estético-literárias pressupunham e colaboravam para a emergência de um novo campo de experiência histórico, que seria depois resumido em um novo conceito de história.

**Palavras Chave:** Historiografia; Nação; Conceitos.

## ABSTRACT

This paper analyses the changes in the concepts of literature and literature history as symptoms of broader discursive transformations in the experience of time. It tries to delineate those changes as a general process of historicization of reality occurring at Brazilian Empire since the Independence process in 1822. At the same time, it tries to understand how those aesthetic reflections have required and collaborate to the outset of a new field of historical experience. That new field was condensed by a new concept of history.

**Keywords:** Historiography; Nation; Concepts.